

Órgão para fiscalização é deficiente

Quando o novo secretário de política econômica, Carlos Eduardo de Freitas, chegar hoje ao Rio para avaliar a situação dos órgãos de acompanhamento de preços, vai descobrir que sobrou pouca coisa. Depois de 30 anos trabalhando com preços industriais, a Capi — (ex-CIP) — único setor na máquina administrativa estatal com experiência no assunto — sofreu um profundo esvaziamento físico e político desde 1990. Dos 300 técnicos que cuidavam das pesquisas, estatísticas e balanço das empresas, restam apenas 30.

As 15 divisões foram reduzidas a nove e as informações so-

bre os preços, que chegavam às mãos dos técnicos antes mesmo destes serem praticados, não existem mais. Com os técnicos que saíram do antigo CIP, foi-se também a experiência de administrar preços. Perdiam-se não só técnicos altamente especializados mas também documentos e planilhas que eles costumavam levar ao deixar o órgão.

Mesmo assim, boa parte da memória dos custos industriais ainda está nos arquivos da instituição e os poucos técnicos que ficaram aguardam o sinal verde para voltarem a fazer o que sempre fizeram: acompanhar a formação dos preços — trabalho fundamental numa economia altamente oligopolizada. Atualmente eles estão limitados a fornecer pareceres econômicos nos processos abertos no Ministério da Justiça que lesam a Lei de Defesa da Concorrência. E a

análise desses processos só é possível justamente porque conhecem quem é oligopolizado.

Poder — Mas não basta entusiasmo para os técnicos retomarem suas funções: o governo precisa baixar um ato que dê poderes à Coordenadoria de Abastecimento e Preços Industriais (Capi) para requisitar informações às empresas. No caso dos preços de varejo, o acesso aos preços praticados atualmente no mercado seria facilmente resolvido com um convênio com instituições oficiais de pesquisa, como o IBGE, que possuem esses dados.

O gargalo, no entanto, ficaria por conta da indústria de base (petroquímica e siderurgia), altamente oligopolizada. Seus preços não chegam ao consumidor final, pois produzem insumos. E os valores são acertados entre fornecedor e comprador (geral-

mente cativos), que não informam sobre suas negociações. Nesse caso, o acompanhamento só é possível quando as empresas são obrigadas a fornecer essas informações, o que deixou de ocorrer desde 1990.

Ironia — Ironicamente, o esvaziamento do antigo CIP em 1990, quando a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello resolveu liberar todos os preços, deu-se exatamente no momento em que estava mais aparelhado tecnicamente para desempenhar sua função. O computador 386, por exemplo, interligado a outros sistemas, permite levantar dados completos de uma empresa — desde os movimentos de importação e exportação, através do sistema Alice do Decex, a posição no mercado financeiro, através da CVM, até sua situação na Receita Federal, via sistema Lince, além dos preços do varejo, pela Sunab.